XXVII Encontro de Iniciação à Docência

Pró-reitoria de graduação – ENID – 2025

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

ARTIGO SUBMETIDO AO XXVII ENID - 2025 - UFPB

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS NO MUNDO GLOBALIZADO: PERSPECTIVAS DO PROGRAMA DE MONITORIA EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Ana Luiza de Souza Borges;
Mateus Pacelli Cortez Costa e Silva;
Lorena de Melo Freitas;
Joyce Kaynara Silva Gomes

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas, Campus I - João Pessoa – Paraíba

INTRODUÇÃO

O Direito Internacional Privado surge da crescente internacionalização da vida humana, marcada pela intensa circulação de pessoas, bens, capitais e relações familiares e econômicas além das fronteiras estatais. Diante da diversidade legislativa existente entre os Estados e das situações em que um mesmo fato jurídico se conecta simultaneamente a diferentes sistemas normativos, torna-se necessário um ramo capaz de definir qual lei material deve ser aplicada e qual jurisdição deve resolver o conflito.

Nesse sentido, o objeto de estudo do Direito Internacional Privado abrange quatro temas centrais: nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, conflito de leis e conflito de jurisdições, os quais revelam que a disciplina jurídica não se limita ao direito privado internacional, compreendendo também áreas do direito público, como o direito administrativo, fiscal, monetário e penal, quando presente feição internacional. Sob essa perspectiva, a disciplina opera como um sobredireito, determinando, conforme critérios de conexão e limites estabelecidos pelo próprio ordenamento, qual ordem jurídica deve ser aplicada ao caso concreto e como decisões oriundas de uma jurisdição podem produzir efeitos em outra, garantindo coerência e funcionalidade entre sistemas interdependentes.

Dessa forma, a importância do estudo do Direito Internacional Privado decorre de seu papel indispensável na solução de situações jurídicas cada vez mais comuns na realidade contemporânea, a saber: casamentos e divórcios internacionais, sucessões transnacionais, contratos celebrados entre empresas de países distintos, circulação de bens situados no exterior e mobilidade humana internacional.

Nesse contexto, o programa de monitoria aplicado à disciplina de Direito Internacional Privado assume especial relevância na formação acadêmica dos monitores, ao propiciar uma experiência de iniciação à docência, por meio da participação ativa das diversas etapas do processo ensino-aprendizagem, e do corpo discente, na medida em que as atividades de monitorias centraram-se não apenas no aprendizado teórico, que é basilar, mas também no desenvolvimento de competências relativas a uma perspectiva prática, a partir da interlocução do conhecimento jurídico com aspectos do mundo social.

O objetivo geral da monitoria em Direito Internacional Privado consiste em proporcionar aos discentes e aos monitores um domínio abrangente do conteúdo da disciplina, ao fomentar a compreensão e aplicação de seus princípios e regras às relações jurídicas internacionais, especialmente na solução de conflitos de leis e de jurisdições e de questões concernentes à nacionalidade e à condição jurídica do estrangeiro, de modo a incentivar uma análise crítica e multifacetada de situações que conectem diferentes ordenamentos jurídicos.

Com a intenção de concretizar esse desígnio fundamental, sob a ótica do corpo discente, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) expor sistematicamente o processo de qualificação e de solução de casos envolvendo conflito de leis no espaço, oportunizando o exame de situações jurídicas complexas; (ii) desenvolver habilidades voltadas à aplicação de institutos jurídicos pertinentes ao conflito de leis, incluindo a identificação da lei aplicável, a análise da competência jurisdicional e o reconhecimento de decisões estrangeiras; (iii) estimular a construção e a exposição de raciocínio jurídico de forma clara, precisa e fundamentada, fortalecendo a argumentação e a capacidade de integração do conhecimento; e (iv) fomentar a compreensão e a interpretação lógico-sistemática de textos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao Direito Internacional Privado.

Ademais, a monitoria objetivou contribuir para a iniciação à docência dos monitores, despertando interesse pela pesquisa acadêmica no âmbito dos assuntos relacionados à disciplina do projeto, pelo desenvolvimento de estratégias pedagógicas e pela articulação dos temas estudados especificamente pelo Direito Internacional Privado com outras áreas do Direito, repercutindo numa construção interdisciplinar do aprendizado. A experiência com a monitoria também oportunizou a integração com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB), o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à produção científica e a participação em eventos acadêmicos.

METODOLOGIA

As ações desenvolvidas no projeto de monitoria foram voltadas à completa integração dos monitores no processo ensino-aprendizagem, uma vez que participaram tanto da etapa preliminar de revisão do plano de curso da disciplina até a consolidação das turmas ao final do período. Nessa medida, a monitoria se concretizou como um conjunto de ações fomentadoras do protagonismo dos monitores, que puderam experienciar práticas inerentes à docência.

Sob esse viés, no início de cada semestre, o primeiro contato dos monitores com a turma foi marcado pela apresentação da disciplina, destacando o seu funcionamento e a sua estruturação, consoante o plano de curso. Nessa ocasião, expuseram também o panorama geral dos conteúdos programáticos da ementa de Direito Internacional Privado e evidenciaram as sugestões bibliográficas básicas e complementares. Figuram como bibliografia básica os manuais de Maristela Basso; Jacob Dolinger e Carmem Tiburcio; Valerio de Oliveira Mazzuoli; e André Ramos Tavares, todos disponíveis no Portal Minha Biblioteca, cujo acesso é disponibilizado a todo o corpo discente e docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Por seu turno, a bibliografia complementar foi composta pelas obras de Emerson Malheiro; Marcos Vinícius Xavier de Oliveira; Beat Walter Rechsteiner; Fabiano Távora e Diego Araújo Campos; e Carla Noura Teixeira.

A fim de fornecer aporte teórico e metodológico aos monitores no que concerne ao ensino, a docente orientadora organizou uma reunião para abordar pontos essenciais ao planejamento de uma aula, discutir a relevância do uso adequado da linguagem para a efetiva transmissão do conteúdo e tratar de estratégias que despertem a atenção dos discentes e incentivem sua participação durante as aulas. Para tanto, sugeriu previamente a leitura do artigo intitulado “Plano de Aula: conceitos e metodologia”, de autoria de Regina Toshie Takahashi e Maria de Fátima Prado Fernandes, bem como forneceu modelos de planos de aula, para que os monitores pudessem visualizar a aplicação prática dos apontamentos teóricos.

A reunião contou com a participação de orientandos da professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB), os quais compartilharam suas experiências com o estágio docência e os métodos por eles utilizados para acentuar a assimilação dos conteúdos ministrados e a participação produtiva dos discentes nas aulas.

Como resultado dessa incursão metodológica, cada monitor redigiu um plano de aula, relativo ao tema a ser lecionado. O objetivo central consistiu em organizar de forma sistemática o conteúdo, definir metas de aprendizagem, selecionar métodos e recursos didáticos adequados, seleção da bibliografia específica e planejar atividades de avaliação que possibilitassem verificar a compreensão dos discentes.

Cada aula de monitoria foi conduzida sob a supervisão da docente orientadora, cujas observações acerca da postura dos monitores, da adequação da linguagem utilizada e do planejamento previamente elaborado proporcionaram contínuo aperfeiçoamento dessas práticas pedagógicas. Dessa maneira, os benefícios tornaram-se perceptíveis nas aulas, ministradas pelos monitores, subsequentes, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz para os discentes. Além disso, a experiência contribuiu significativamente para o desenvolvimento e o refinamento de competências e de habilidades docentes específicas, frequentemente avaliadas em concursos públicos para a carreira docente, nos quais a elaboração e a execução de um plano de aula constituem importantes etapas.

Ressalta-se a atuação dos monitores no processo avaliativo, especialmente na elaboração e correção de questões autorais, destinadas tanto às atividades em sala quanto às provas, as quais foram formuladas de acordo com critérios previamente estabelecidos e sob orientação da professora orientadora. Essas questões contemplavam formatos objetivos e subjetivos, abrangendo desde enunciados de natureza estritamente teórica até problemas contextualizados que exigiam do discente a aplicação prática dos institutos do Direito Internacional Privado, permitindo verificar de forma mais ampla a compreensão e a capacidade de raciocínio jurídico dos alunos.

Também foi relevante, no âmbito da monitoria, a realização de um seminário envolvendo casos práticos em Direito Internacional Privado, organizado com base na estrutura de uma sentença judicial, de modo a contemplar relatório, fundamentação jurídica e dispositivo. Os grupos analisaram casos reais, extraídos da mídia ou da jurisprudência, ou fictícios, provenientes de obras literárias, filmes ou outros recursos, devendo avaliar seus aspectos à luz da legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis e culminar numa conclusão fundamentada. Os monitores desempenharam papel central em todas as etapas, ao passo que orientaram a escolha e a delimitação dos casos e a organização das apresentações orais, assim como auxiliaram a professora responsável na avaliação dos trabalhos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar-se o projeto de iniciação à docência viabilizado através da Monitoria em Direito Internacional Privado no ano de 2025, emergiram, com base nas experiências vivenciadas no decorrer do projeto, importantes reflexões quanto às etapas já desenvolvidas e marcos alcançados. Na mesma senda, a ocasião abriu espaço para que o grupo da Monitoria se antecipasse para as produções que ainda estavam por vir, reavaliando igualmente os melhores métodos e percursos para alcance das metas traçadas em conjunto à professora orientadora.

No decorrer de todo o ano letivo, que abarcou os semestres de 2024.2, 2025.1 e parte do período 2025.2, os monitores desenvolveram de forma habitual uma série de atividades que importaram em garantir-lhes contato com uma experiência completa de iniciação à docência – o que, individualmente, já denota o êxito do projeto.

Sob essa ótica, destaca-se o corriqueiro auxílio na elaboração, aplicação e correção de avaliações e atividades, que sempre foram planejadas de maneira a inserir discentes e monitores no contexto prático da disciplina, visualizando, portanto, o relevo do Direito Internacional Privado para uma realidade cada vez mais globalizada: seja através do contato e pesquisa com casos reais emblemáticos, notícias, ou com a observância de como os principais assuntos são cobrados em contextos de concurso público. Não obstante, ainda de forma constante, mantiveram a comunicação entre discentes e docente; auxiliaram no manejo da plataforma “Sigaa” – com criação de fóruns, publicações e avisos.

Destarte, a monitoria teve ainda mais fortalecido o objetivo de preparar os monitores para a vida acadêmica através do contato com o programa de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas. Em conjunto com a doutoranda colaboradora, desenvolveram-se planos de aula revisados, posteriormente utilizados concretamente com aulas ministradas pelos monitores – ao

longo dos semestres – sob a supervisão da professora orientadora e doutoranda colaboradora (imagens 1 e 2). Foram explorados, assim, temas basilares à formação adequada na disciplina, como a condição jurídica do estrangeiro, medidas de cooperação internacional e aspectos processuais de contato com ordenamentos jurídicos estrangeiros.

No mesmo sentido, foram implementados outros modos de enriquecer e compreender os temas trabalhados, destacando-se a participação de outro discente do curso de Direito em uma das aulas ministradas com auxílio dos monitores sobre o tema de Arbitragem Internacional (imagem 3), em razão de sua experiência prática em competições nacionais e internacionais da área.

Finalmente, a produção científica originada do projeto se mostra como culminância do constante contato dos monitores com a disciplina e aspectos de iniciação à docência. Foram publicados e aprovados dois resumos expandidos no III Encontro de Professores e Pesquisadores em Direito Internacional do Norte-Nordeste, já autorizados a futura expansão em artigo científico.

Sob a orientação da professora orientadora e co-autoria da orientadora doutoranda, portanto, foram desenvolvidas duas temáticas atinentes ao objeto de estudo da disciplina, com trabalhos apresentados pelos próprios monitores no evento especializado : a concessão de refúgio às mães e crianças venezuelanas e os impactos de regras internacionais de tributação sobre a sistemática de incentivos fiscais brasileira, o que resultou, respectivamente, nas obras intituladas “Concessão de refúgio a mães e crianças venezuelanas como exceção à regra de retorno da convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças” (autoria da monitora Ana Luiza de Souza Borges) e “Os incentivos fiscais regionais do norte e nordeste brasileiro frente às regras globais de tributação mínima da OCDE : novos desafios à soberania econômica” (autoria do monitor Mateus Pacelli Cortez Costa e Silva).

Imagem - 1

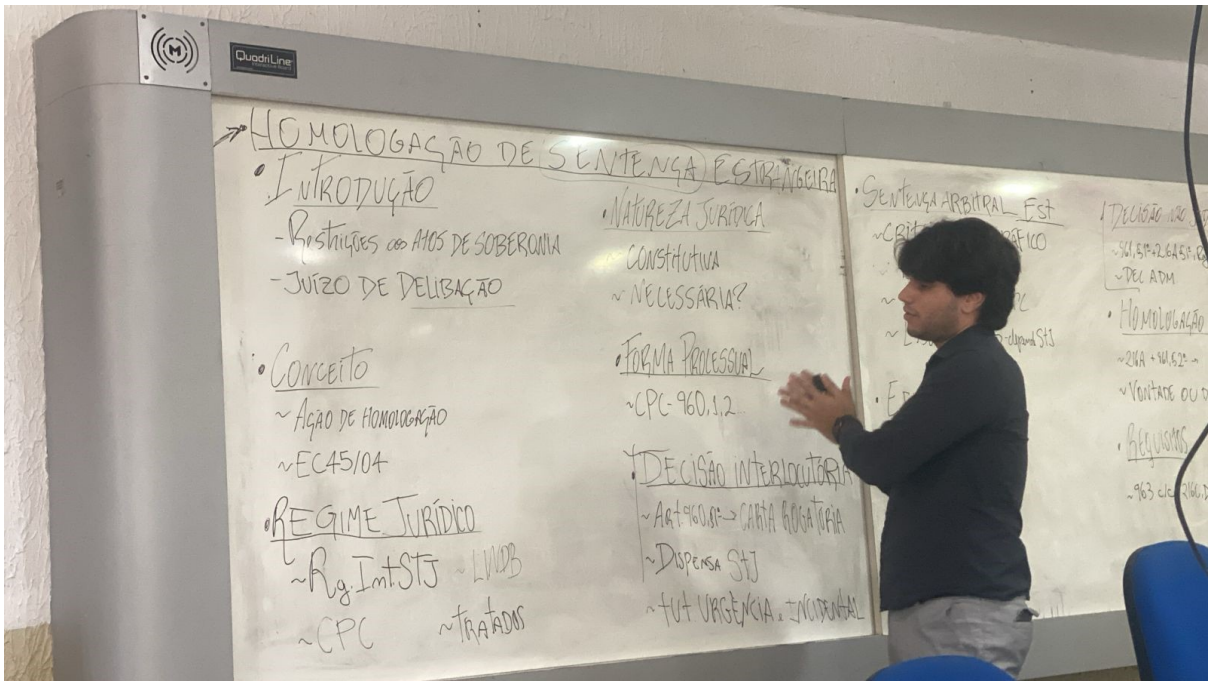
Aula ministrada sobre cooperação jurídica internacional e extradição



Fonte: Autoria própria.

Imagem - 2

Aula ministrada a respeito da homologação de sentença estrangeira



Fonte: Autoria própria.

Imagem - 3

Participação especial em aula sobre Arbitragem Internacional



Fonte: Autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a experiência desenvolvida ao transcorrer do ano de 2025 sob a monitoria na disciplina de Direito Internacional Privado se demonstrou plenamente capaz de proporcionar um espaço frutífero para o desenvolvimento das habilidades de docência e acadêmicas dos monitores, para evidenciar perspectivas reais da aplicação da disciplina no mundo globalizado aos discentes de variados semestres, e para manter em conexão os programas de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

REFERÊNCIAS

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem; ALBUQUERQUE, Felipe. **Direito Internacional Privado - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. ISBN 9788530995546. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995546/. Acesso em: 02 nov. 2025.

MALHEIRO, Emerson. **Direito internacional privado**. Coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

MARISTELA, Basso B. **Curso de Direito Internacional Privado - 6ª Edição 2020**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597023060. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597023060/. Acesso em: 02 nov. 2025.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Privado - 6ª Edição 2023**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.20. ISBN 9786559647699. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647699/. Acesso em: 02 nov. 2025.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Xavier de. **Estudos de Direito Internacional, teoria e filosofia do direito** – Porto Velho, RO, Edufro, 2022.

RAMOS, André de C. **Curso de Direito Internacional Privado - 4ª Edição 2025**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624478. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624478/. Acesso em: 02 nov. 2025.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado** – 22. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.

TÁVORA, Fabiano; CAMPOS, Diego Araújo. **Direito internacional: público, privado e comercial**. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

TAKAHASHI, R. T.; FERNANDES, M. F. P. Plano de aula: conceitos e metodologia. **Acta Paul. Enf.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 114-8, 2004. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001389639. Acesso em: 6 nov. 2025.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado**. – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.